

EMPREGABILIDADE E COMPETENCIA: CONCEITOS NOVOS SUSTENTANDO VELHOS INTERESSES

Ramon de Oliveira¹

RESUMO

O autor procura mostrar que os conceitos de empregabilidade e de competência disseminados no meio educacional são estruturadores de uma nova estratégia das classes dominantes, visando arrefecer os conflitos entre capital e trabalho. Afirma-se que estes conceitos balizam-se pelos pressupostos da teoria do capital humano, embora estejamos vivendo a crise do emprego.

ABSTRACT

The author tries to show that the empregability and competence concepts disseminated in the educational setting they structure a new strategy of the dominant classes, aiming at to cool the conflicts between capital and work. It is affirmed that these concepts, are beacon by the presuppositions of the theory of the human capital, although we are living the crisis of the employment.

¹ Professor Assistente do Departamento de Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação da UFPE e Doutorando em Educação da Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos evidencia-se ainda a incapacidade do sistema capitalista de atender aos interesses da maioria da população. Se já não fosse explícita a exclusão social que uma parte considerável do planeta vive em virtude das relações de exploração entre as nações, no momento atual, ainda tornou-se clara a busca desenfreada do capital de fortalecer, cada vez mais, a acumulação de riqueza, nem que para isso seja necessário sacrificar a possibilidade de uma vida digna para uma parcela majoritária da população.

O sacrifício provocado pela expansão capitalista não se expressa apenas no aumento da pobreza na maioria dos países do Terceiro Mundo, mas demonstra-se pelo aparecimento de bolsões de miséria no interior das nações desenvolvidas. De fato, ainda que nos países europeus a ofensiva do capital possa ser amenizada por uma forte estrutura estatal na área social, torna-se impossível manter o equilíbrio fiscal do Estado, caso não seja barrada a ânsia do capital por aumentar suas taxas de acumulação (OLIVEIRA, 1988).

A ofensiva do capital, além de expressar-se pela ampliação de seu raio de domínio político, em virtude da *débâcle* do socialismo real, fortalece-se pela incapacidade dos trabalhadores implementarem práticas concretas para instauração de uma ordem social contrária ao sistema capitalista. A consequência direta deste arrefecimento da força dos trabalhadores é a implementação de medidas econômicas e políticas objetivando fazer do Estado um guardião dos interesses do capital.

As medidas neoliberais, praticadas nos países latino americanos, não obstante originarem-se do pensamento econômico europeu (Hayek) ou do americano (Friedman) o que não têm muita importância. Salutar, neste caso, é apenas a constatação de que sobre os países desta região se impõe, a todo custo, o sacrifício de colocar em andamento as exigências de órgãos internacionais responsáveis pelas políticas de ajuste econômico (CHOSSUDOVSKY, 1999).

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional passam a ter o caráter de intelectuais coletivos do capital internacional. Suas intervenções, direcionando os países em nível de desenvolvimento inferior ao novo modelo de organização política e econômica, objetivam remetê-los à implementação de reformas estruturais que, na prática, fortalecerão o aumento da exclusão social e da dominação econômica destas nações.

Estas instituições, ao estabelecerem condicionantes para a concessão de novos empréstimos, recolocam, no âmbito gerencial, uma nova dimensão do imperialismo econômico e político.

O lado mais perverso deste movimento de expansão da "vitória do capital" estabelece-se pela impossibilidade de se manter, para grande número de pessoas, a

expectativa de poder, no futuro e no presente, encontrar alguma atividade remunerada que lhes permita viver com o mínimo de dignidade.

A certeza de que o emprego, no momento atual, é um sonho difícil de se concretizar coloca para as pessoas – a juventude particularmente – poucas possibilidades de visualizarem a vida em sociedade a não ser como uma grande arena de disputa e de individualismo. Nesta competição aqueles que dispuserem de melhores estratégias de sobrevivência poderão, pelo menos, desfrutar do direito de serem explorados pelo capital ao venderem sua força de trabalho.

O capital não só subsume tudo aos seus interesses, mas, inclusive, determina o que quer e o que deve ser feito para atender seus desejos. O capital não espera o que os trabalhadores têm a lhe oferecer, dita suas necessidades. Para isso, constrói os novos conceitos e as novas categorias coordenadoras da sua relação com o trabalho. Entre estes, os conceitos de empregabilidade e de competências surgem como aqueles que melhor sintetizam a crise do emprego e as estratégias do capital, no campo educacional, objetivando manter a sua hegemonia.

Será, então, objetivo deste nosso texto, discutir como estes conceitos são universalizados na área educacional buscando recompor, no interior das políticas educacionais, os espaços perdidos pela teoria do capital humano (GENTILI, 1997).

Tomando como referência as conseqüências da globalização econômica na estrutura do emprego e na organização da classe trabalhadora, buscaremos demonstrar que o capital, além de instituir, pela reestruturação produtiva, novos mecanismos na luta de classes, apropria-se de novos conceitos que tentam, de uma forma ideológica, minar os possíveis obstáculos que os trabalhadores possam antepor ao processo de internacionalização econômica.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A CRISE DO EMPREGO

A internacionalização da economia é algo inerente às relações capitalistas de produção, ou seja, o capital tem como necessidade, para a sua reprodução, a ampliação dos mercados. O movimento de globalização econômica acentua-se e assume feições mais aprofundadas à medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas provocando, com isso, um aumento da sua capacidade de produção de mercadorias. Conseqüentemente, há uma necessidade real da garantia do processo de circulação desta produção, impondo ao capital a conquista de novos mercados.

Marx e Engels já apontavam, no *Manifesto do Partido Comunista*, a necessidade do capital avançar desenfreadamente à procura de novos mercados, destruindo e reconstruindo novos padrões de sociabilidade, impondo pelos movimentos de internacionalização e de globalização econômica uma nova relação entre ele e as fronteiras nacionais, bem como a supressão dos antigos padrões culturais.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais... Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações antigas, todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas (MARX & ENGELS (s/d), p. 24).

Neste cenário de economia globalizada, embora não se tenha posto o fim da relação entre capital (grandes indústrias) e seu Estado-nação, evidencia-se não haver limites territoriais para este processo de expansão. Desta forma, a dinâmica do capital transforma o mundo numa fábrica global e estabelece o fim das geografias para a sua reprodução ampliada (IANNI, 1997).

Concomitantemente, na economia capitalista, observamos o fortalecimento das ideologias neoliberais propugnadoras de uma reestruturação do Estado. Também verifica-se que estas modificações são acompanhadas por novas formas de produção de mercadorias optando-se, na maioria dos casos, por sua flexibilização.

A flexibilização da produção, representa a opção desenvolvida pelo capital de se afastar do caráter profundamente centralizado e rígido do taylorismo que já não garantia as condições necessárias para a realização de seu processo de reprodução.

A opção pela produção flexível também pode ser considerada, segundo HARVEY (1996), como uma maneira de conter as ondas de insatisfação dos trabalhadores. O capital, ao instituir uma maneira de gerenciar a produção que aparentemente conceda ao trabalhador mais autonomia e mais participação no local de trabalho, minimiza ao máximo possível o conflito entre ambos.

Com a produção flexível, o capital não só conseguiu se tornar mais "independente" dos trabalhadores como, em paralelo, impôs uma disciplina produtiva que os leva, em muitos momentos, a assumirem-se como co-responsáveis pela empresa.

Se, como nos mostra HARVEY (*ibidem*), uma das grandes dificuldades do capital é conseguir criar instrumentos disciplinadores dos trabalhadores que contribuam para o processo de reprodução do capital, com a produção flexibilizada e em virtude do alto índice de desemprego existente, os trabalhadores, de uma forma geral, vêm sendo incapazes de estabelecer estratégias de luta contrárias aos interesses capitalistas. O famoso exército industrial de reserva serve como regulador direto do poder de subversão existente no setor de produção.

É perceptível que o avanço obtido pelas medidas de cunho neoliberal decorre, em grande parte, da capacidade que os governos nacionais estão tendo de jogar com o desemprego em massa. Contudo, podemos observar que o aumento do desemprego não decorre, exclusivamente, de uma mudança na forma de organização da economia ou, unicamente, da inserção da ciência e da tecnologia no setor produtivo.

A diminuição dos postos de trabalho é resultante do objetivo que impulsionou, nestes últimos anos, um maior investimento na utilização da tecnologia na produção e sua nova forma de organização: o aumento da acumulação do capital. Isto significa dizer que, contraditoriamente ao instituído nos dias atuais, encontramos as condições ideais para o aumento dos postos de trabalho através da diminuição da jornada de trabalho.

ALVES (1996) nos diz que um dos elementos que caracterizam o processo de reestruturação produtiva brasileiro é a opção por um modelo de produção sob os moldes da produção flexível japonesa. Este, substancialmente, apresenta-se como um modelo de organização da produção que, além de basear-se na forte presença da tecnologia, traz consigo uma nova forma de relação entre capital e trabalho, caracterizada pela subordinação/aceitação dos sindicatos à ordem do capital.

Para este autor, a opção do empresariado brasileiro por este modelo de reestruturação explícita que um dos objetivos traçados pelas elites empresariais não é apenas torna-se competitiva no mercado internacional, mas articular competitividade com o aumento das taxas de exploração pela via da subordinação dos trabalhadores aos seus interesses.

Foi nessa tentativa de superar o impasse do lucro que a política econômica sofreu a “virada” neoliberal, tendo a perspectiva de criar as condições para a reestruturação capitalista global. Assim, podemos dizer que os condicionantes tecnológicos, tidos como “inevitáveis” e dotados de uma “objetividade pura e natural”, são produzidos pelo sistema como tentativa de recuperar o controle do capital sobre o trabalho, tanto na esfera da produção simbólica como no campo da materialidade do chão de fábrica. Trata-se de recolonizar a base material através da forma social capitalista, de reanimar o “espírito vital” do capital em busca da lucratividade. Essa recolonização encontrou nos poderosos sindicatos operários o principal obstáculo às suas pretensões. Portanto, no caso do trabalho organizado, a fragilização dos sindicatos passa a se constituir como um requisito para a reestruturação do poder do capital (NETO, 1996, p. 79).

NETO (*ibidem*) observa que, se a década de 80 pode ser considerada um período marcado pela presença crescente do movimento sindical na vida política brasileira, esta representou também, ainda que sorrateiramente, um processo de organização do capital para enfrentar os avanços desenvolvidos pelo movimento sindical. Neste sentido, a década posterior tem se caracterizado por ser um período no qual as elites empresariais puderam amadurecer estratégias concretas a fim de

impedir e eliminar avanços obtidos pelos trabalhadores causando, conseqüentemente, uma ação defensiva por parte do movimento sindical. Este, além de encontrar dificuldades de se impor diante dos desafios postos pelo processo de reestruturação produtiva, como o desemprego em massa e aumento da utilização de uma mão de obra terceirizada, mostra-se incapaz de estabelecer estratégias concretas para canalizar os seus interesses além do imediatismo corporativista.

As formas de reorganização do processo produtivo articulam-se, diretamente, com as medidas sugeridas para o processo de regulação social. Em outras palavras, a lógica de acumulação presente nas relações ligadas diretamente ao setor produtivo fazem parte de um novo bloco histórico que tem, nas classes ligadas ao capital, sua direção hegemônica. Além de se perceber esta vinculação entre as mudanças na forma de organização da produção e as políticas desenvolvidas pelo Estado, temos que observar que a articulação destes dois momentos presentes na lógica da classe economicamente dominante, representa uma prática concreta de desestruturação dos grupos sociais contrários ao processo que o capital procura instituir.

Podemos então acreditar, como afirma Alves, que as mudanças na organização da produção, bem como as reformas desenvolvidas nos Estados de capitalismo central, tanto quanto das economias periféricas – estas em maior escala, representam formas novas de condução da luta de classes. Em outras palavras através destas novas formas de organização societal, tanto no político quanto no econômico, as classes economicamente dominantes procuram minar o desenvolvimento de ações contrárias ao seu projeto planetário.

Quando afirmamos que há uma utilização, por parte das elites, do desemprego em massa, nos lembramos da análise de Perry Anderson demonstrando que uma das principais medidas a serem tomadas pelos governos neoliberais, na ótica dos seus ideólogos como Hayek, é a quebra do poder dos movimentos sindicais. Para o economista austríaco, um dos males existentes na regulação keynesiana estaria presente no forte poder que o corporativismo passou a ter no século XX. Uma das ações a serem desenvolvidas para o modelo neoliberal ser colocado em prática seria o destroçamento, por completo, do poder dos movimentos sindicais, pois:

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 10)

Compreende-se, a partir dessas colocações de Perry Anderson, que as medidas neoliberais, de uma forma indireta, pressupõem a existência do

esfacelamento do poder dos movimentos sindicais. Não queremos dizer, com isto, que o desemprego em massa é o objetivo dos governos de vertente neoliberalizante. Contudo, entendemos que a diminuição da pressão política, via enfraquecimento do poder do movimento sindical, expressa-se como um elemento fundamental para se compreender a dinâmica de intervenção do Estado nas áreas sociais.

A interpretação de NETO (1996), a respeito do papel que o desemprego exerce sobre a abertura de possibilidades para as medidas neoliberais serem praticadas, caminha no mesmo sentido das abordagens de ANDERSON (1995) e BORÓN (1995). Entretanto, ele nos chama atenção para o fato de que o desemprego serve aos interesses neoliberais e ao processo de retomada dos níveis de acumulação, à medida que constrói e repõe índices necessários à reprodução do exército industrial de reserva. Para este autor, o crescimento do número de desempregados não tem somente o papel de regulador dos salários, como a abordagem mais tradicional do marxismo analisa. Na sua compreensão, além de cumprir este papel, a massa enorme de desempregados serve como mecanismo de garantia ao capital, não do aumento da sua capacidade de exploração da força de trabalho mas, principalmente, da possibilidade de se construir uma nova referência ideológica para os trabalhadores. Estes, ao se sentirem ameaçados de adentrarem no mar dos desempregados, “preferem”, subordinadamente, acatar o pensamento ditado pelo capital.

A EMPREGABILIDADE E EDUCAÇÃO: UMA NOVA ARTICULAÇÃO BURGUESA

A empregabilidade, entendida como *“a contínua preparação para que o trabalhador mantenha o seu emprego ou, se o perder, esteja capacitado para logo obter de novo”* (ROSSI, 1997), não pode ser pensada desarticulada das mudanças ocorridas na economia capitalista.

A disputa de novos mercados pelas grandes corporações e a intensificação da utilização de novos artefatos tecnológicos no setor produtivo determinam não só uma reestruturação da economia capitalista, mas impõem, para os trabalhadores, a necessidade de estabelecerem novas estratégias de sobrevivência, principalmente, quando estas estejam sendo determinadas pela ocupação de um posto de trabalho. O conceito de empregabilidade estrutura-se, então, a partir de uma estrutura econômica que tem como característica a eliminação de postos de trabalho e o aumento da competição entre trabalhadores. O aumento do desemprego industrial, ainda que não possa ser atribuído a este momento específico do desenvolvimento capitalista, tornou-se inerente ao próprio modelo de organização industrial escolhido pelo capital nestes últimos anos.

A incapacidade de criar mecanismos eficazes para a diminuição do desemprego em massa obriga a implementação de mecanismos ideológicos que

justifiquem as contradições na sociedade capitalista. A utilização de justificativas, colocando fora das relações de classe a responsabilidade pela crise existente, é um dos meios utilizados pelo capital visando retardar ou minorar os conflitos atuais.

O conceito de empregabilidade surge, neste íterim, como um mecanismo que retira do capital e do Estado a responsabilidade pela implementação de medidas capazes de garantir um mínimo de condições de sobrevivência para a população. Ao se responsabilizar os indivíduos pelo estabelecimento de estratégias capazes de inseri-los no mercado de trabalho, justifica-se o desemprego pela falta de preparação dos mesmos para acompanharem as mudanças existentes no mundo do trabalho. Sob a ótica da empregabilidade, a necessidade dos indivíduos disporem de habilidades e conhecimentos adequados aos interesses da produção passa a ser o primeiro elemento considerado nas discussões a respeito das possibilidades de superação do desemprego existente.

Embora o conceito fundamental que direciona as discussões sobre a relação emprego x desemprego seja o de empregabilidade, o conceito de competência também está presente nesta discussão. Na prática, o primeiro carrega a idéia de um possível movimento (tornar-se empregado) e o segundo institui condicionantes para que a empregabilidade possa se realizar. Isto significa que a possibilidade de empregar-se não decorre apenas de qualificações disponíveis pelo cidadão, ele deve ter, também, aquelas competências que interessam ao patrão. O capital, neste momento, tornou-se efetivamente capaz de impor um modelo de trabalhador segundo seu desejo.

Embora a utilização da noção de competências não permita uma definição mais objetiva do seu conteúdo, TANGUY & ROPÉ (1997) apropriam-se de uma definição expressa no Dicionário Larouse que destaca um elemento fundamental no uso deste conceito: a sua não separação da prática.

...a competência é o conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam para a discussão, a consulta, a decisão de tudo o que concerne seu ofício (...) Ela supõe conhecimentos fundamentados (...) geralmente, considera-se que não há competência total se os conhecimentos teóricos não forem acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões sugeridas. (DICIONÁRIO LAROUSE APUD TANGUY & ROPÉ, 1997, p. 16)

A dimensão prática não pode, de forma alguma, ser negligenciada quando se pensa no conceito de competência. Este saber prático tem, para TANGUY (1997), desdobramento direto na forma como o trabalhador passa a ser avaliado no interior do processo produtivo. Seu desempenho, sua capacidade e sua funcionalidade para o local de trabalho, definem-se em virtude do mesmo mostrar um conjunto de saberes (em várias dimensões) que, articulados entre si, demonstram o quanto ele está apto à ocupação de um posto de trabalho. Trata-se, como diz TANGUY

(*ibidem*), de um saber-fazer operacional, validado em uma situação concreta. Conseqüentemente a competência é algo instável, sujeita a constantes avaliações.

Para MANFREDI (1998), o conceito de competência se construiu a partir de estratégias concretas, definidas em função do conflito entre capital e trabalho. Neste sentido, há uma apropriação, pelo capital, da produção de algumas áreas do conhecimento que, em não pressupondo analiticamente as relações antagônicas numa sociedade de classes, ajudam na elaboração de um conceito colaborador no processo de dominação capitalista.

Para esta autora, o capital, ao utilizar o conceito de competência, abstrai o desempenho de uma dada profissão das relações de conflito e incorpora, apenas, as dimensões subjetivas diretamente relacionadas ao comportamento que o trabalhador deve mostrar ao desenvolver uma atividade. Este comportamento não dá uma maior liberdade ao trabalhador e, muito menos, maior autonomia. Diz respeito a atitudes e formas de pensar que criam uma relação de maior subordinação à dinâmica de trabalho estabelecida pelo capital.

À luz de processos mais amplos, a opção pelo modelo da competência (na acepção empresarial) estaria ancorada numa lógica de recomposição da hegemonia do capital, onde a ressignificação da qualificação e das estratégias de formação profissional fazem parte de um processo de ressocialização e aculturação da classe trabalhadora, tendo por fundo reintegrá-la aos novos modelos de produção e gestão do capitalismo em sua fase de transnacionalização (MANFREDI, 1998, p. 37).

O discurso do capital, segundo o qual o trabalhador deve mostrar-se predisposto a continuar sempre na busca de apreender o necessário para sua adaptação ao movimento da produção demonstra a necessidade deste não se contrapor ao modelo de organização econômica e gerencial existente. Esta subsunção explicita-se na medida que a escolha do que deverá ser apreendido pelo trabalhador é definido pelo próprio capital. O saber, em todas dimensões, *fazer, ser, aprender*, etc começam e terminam onde o capital determina.

Há também de ser observado que, em virtude de se tornar cada vez mais presente a necessidade trabalhador mostrar um tipo de comportamento devidamente aceito pelo modelo de produção em vigor, os espaços de distanciamento entre o local de trabalho e a vida privada se tornam cada vez menores. Como demonstra HIRATA (1997), a empresa termina por invadir todos os tempos sociais do trabalhador. Este fato não decorre de um processo natural, que faz as pessoas terem uma forma de comportamento racionalmente similar à lógica da eficiência e da produtividade, como sugestiona PAIVA (1997). Ele é fruto da ofensiva do capital, que utiliza todos os instrumentos possíveis, buscando subsumir por completo o trabalhador aos seus interesses.

A universalização do conceito de empregabilidade é expressão de um movimento específico do capitalismo. Não faria sentido a sua utilização num momento de pleno emprego.

Durante os momentos posteriores à Segunda Grande Guerra, houve um forte crescimento das economias capitalistas. A indústria, embora não oferecesse muitas oportunidades de emprego, tinha, pelo menos, índices de ocupação bem maiores que os atualmente constatados. Neste sentido, GENTILI (1997) nos chama a atenção para o fato do capital não ter mais como trabalhar a relação educação e emprego na perspectiva apregoada pela teoria do capital humano, passando a necessitar trabalhar com o binômio emprego e desemprego. A mudança na estrutura do sistema capitalista obriga aos defensores e propagadores da teoria do capital humano a considerarem a possibilidade de desemprego. Conseqüentemente, o conceito de empregabilidade surge como um mecanismo de adequação das justificativas de classe, produzidas pela teoria do capital humano.

O aspecto perverso desta nova relação estabelecida entre a educação e trabalho é a responsabilização dos indivíduos pela sua inserção no mercado de trabalho, mediante a aquisição de um conjunto de competências. Conseqüentemente, não cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir à população aquilo que é de cunho privado, quem desejar ter um maior número de competências deve buscar consegui-las por conta própria e o mercado é o melhor espaço para isso (GENTILI, 1997).

Atribuir à escola a responsabilidade de garantir um novo tipo de formação, que permita aos indivíduos apropriarem-se de novas competências cognitivas e comportamentais, acarreta sua descaracterização como um espaço responsável pela formação dos seus alunos em âmbito mais expansivo que apenas a preparação para o trabalho. Da mesma forma que as elites procuram ocultar os seus interesses políticos e econômicos, ao utilizarem o conceito de empregabilidade como norteador das reformas e das políticas educacionais, buscam incutir no imaginário social que o seu projeto de educação está acima das contradições de classes.

Por mais que estabeleçamos proposições pedagógicas objetivando dotar o processo de ensino de uma nova qualidade educacional, investindo diretamente num novo gerenciamento administrativo da escola ou, então, buscando novas habilidades por parte dos docentes (RAMOS, 1992; MELLO, 1994), na prática, não se poderá construir um modelo educacional voltado para os interesses dos trabalhadores se não forem reestruturadas as próprias relações sociais capitalistas.

Por conta disso, os novos conceitos desenvolvidos para justificar a necessidade de uma nova qualidade educacional (sociedade do conhecimento, qualidade total, e tantos outros mais que expressam as novas características do momento atual), ainda mantêm-se presos a um referencial epistemológico que não coloca em primeiro plano a necessidade de pensar, a partir de um novo referencial político-ético, a relação entre trabalho e educação (FRIGOTTO, 1995).

Torna-se evidente que as políticas educacionais, ao estarem subordinadas a conceitos restauradores da teoria do capital humano, projetarão objetivos educacionais que, além de produzirem uma vinculação submissa da escola à produção, em nada contribuirão para as novas gerações conseguirem sua inserção no mercado de trabalho.

Esta impropriedade de planos e projetos visando adequar a educação aos ditames do processo econômico – incapazes de propiciarem a ocupação de postos de trabalho – traz conseqüências negativas para o processo de ensino-aprendizagem. A escola, ao ser concebida como um espaço quase que estritamente direcionado à formação para o trabalho, desvincula-se da sua responsabilidade de ser um agente provedor de conhecimentos práticos e teóricos que contribuam para que os educandos intervenham na sociedade de forma mais crítica e organizada. Em outras palavras, o reducionismo educacional presente nas proposições ligadas às teorias que subordinam a educação a um projeto de competitividade econômica e de disputa por uma vaga no mercado de trabalho estabelece, na arena pedagógica, uma concepção de cidadão minimizada e fragmentada; compreende o sujeito-cidadão preso, exclusivamente, à possibilidade de instituir sua cidadania pela compra dos direitos no mercado e não como aquele que pode e deve alcançar a satisfação das suas necessidades pela luta política.

Este reducionismo proposto pelo capital na arena educacional deve, necessariamente, caso haja ainda a perspectiva de construção de um modelo educacional alternativo à lógica vigente, ter como resposta dos trabalhadores a instauração de um movimento teórico-prático objetivando desmistificar a idéia de que o único modelo viável de educação, inclusive a profissional, é aquele pensado pelas elites empresariais (MANFREDI, 1998).

Ação fundamental, neste sentido, é o desencadeamento de ações de pesquisa, por parte dos trabalhadores, que visem construir um modelo alternativo de educação que, além de incorporar as mudanças produzidas no mundo do trabalho, objetivem fazer destes trabalhadores sujeitos conscientes dos limites que a globalização econômica produz para sua própria sobrevivência.

A luta pela manutenção do emprego e a conquista de novos postos de trabalho, tornam-se tão necessárias quanto o desencadeamento de ações políticas visando fazer da escola um espaço autônomo em relação ao movimento do capital. Reconhecendo que, numa sociedade capitalista, a escola traz, na sua dinâmica interna, a lógica fragmentária presente no capitalismo (ARROYO, 1998), não se pode perder de vista a possibilidade de que este espaço, a partir das próprias contradições em uma sociedade de classes, contribua para a formação de trabalhadores numa perspectiva contrária à hegemonia do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto procuramos demonstrar que o processo de globalização econômica, embora seja um movimento inerente ao sistema capitalista, tem provocado, neste últimos anos, o acirramento das contradições sociais. Se é verdade que a competição desenfreada tem provocado o aumento da preocupação sobre a capacidade, inclusive ecológica, da continuidade deste modelo de produção de mercadorias, a burguesia, nas suas diversas vertentes, parece não se mostrar preocupada em diminuir sua avidez pela aceleração da acumulação.

A classe trabalhadora, além de sofrer um processo de arrefecimento na sua disputa contra o capital, sofre outros reveses políticos em virtude da incapacidade de criar alternativas políticas ao processo de desemprego em massa incorporado, em definitivo, ao atual estágio do capitalismo.

Aproveitando-se da reestruturação econômica, norteadas pelos pressupostos neoliberais, o capital estabelece, como recurso estratégico para sua dominação, a utilização dos conceitos de competência e de empregabilidade, justificando, no âmbito micro-dimensional ou na esfera privada, aquilo que decorre das próprias contradições deste modelo de sociedade.

Estes conceitos, ao serem largamente utilizados na arena educacional, produzem uma desestruturação da educação no que se refere à possibilidade de se forjar, pela prática pedagógica, cidadãos devidamente comprometidos com uma nova ordem social. Assim, como demonstra MANFREDI (1998), urge a necessidade de que a classe trabalhadora, nas suas diversas instâncias organizativas, produzam e recriem um novo projeto de educação frontalmente contrário ao modelo que, pouco a pouco, se institui e que objetiva, exclusivamente, acelerar a dominação global do capital e destruir, por completo, a capacidade dos trabalhadores pensarem um projeto de sociedade radicalmente contrário ao modelo vigente, inclusive, do ponto de vista ético.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Giovanni. *Novas ofensiva do capital, crise do capitalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa*. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo A. de (orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.
- ANDERSON, P. *Balanço do Neoliberalismo*. In.: SÁDER, E; GENTILI, P. (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996
- ARROYO, Miguel G. *Sociedade, trabalho e escola de 2^o grau*. In.: Seminário de Ensino de 2^o grau – Perspectivas. (1.: 1988: São Paulo) Anais. – São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1988. 344p.

- BORÓN, A. *A Sociedade Civil depois do dilúvio neoliberal* In: SÁDER, E; GENTILI, P. (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996
- CHESNEAUX, Jean. Modernidade-Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.
- DREIFUSS, René A. A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.) Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. Trabalho apresentado na 20ª Reunião anual da ANPEd. Caxambu, MG, 1997 (mimeo).
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996
- HIRATA, Helena. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos In: CASALI, Alípio et al. (orgs.). Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997.
- HOBSBAWM, ERIC J. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. Teorias da globalização. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.
- LENIN, V.I. Imperialismo, fase superior do capitalismo In: LENIN, V.I. Obras escolhidas. Volume 1, 2ª ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982.
- MANFREDI, Sílvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. Educação e Sociedade. Campinas, SP, ano XIX, nº 64, p. 13-49, set. 1998.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Volume 1. São Paulo: Alfa-omega, s/d.
- MELLO, Guiomar Namó de. Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- NETO, José Meneleu. *Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva* In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo A. de (orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez: Fortaleza : Universidade Estadual do Ceará, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do anti-valor: capital, força de trabalho e fundo público. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, nº 22, p. 8-28, out. 1988.
- PAIVA, Vanilda. Inovação tecnológica e qualificação. Educação e sociedade. Campinas, SP, nº 50, p. 70-92, abr. 1995.
- RAMOS, Cosete. Excelência na Educação: a escola de qualidade total. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

- ROPÉ, Françoise e TANGUY, Lucie. Saberes e Competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- ROSSI, Clovis. Conheça o novo vocabulário do emprego. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 nov. 1997.
- SÁDER, E.; GENTILI, P. (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- TANGUY, Lucie. *Competência e integração social na empresa* In: ROPÉ, Françoise e TANGUY, Lucie. Saberes e Competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo A. de (orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.